

A Economia Institucional Original no Brasil*

The Original Institutional Economics in Brazil

Maríndia Brites e Felipe Almeida**

Resumo: A Economia Institucional Original é um segmento do pensamento econômico genuinamente estadunidense. No entanto, hoje, o institucionalismo original “migrou” para outros países. O objetivo deste estudo é analisar se há uma vertente da Economia Institucional Original no Brasil. Para tal, identificamos quem são os institucionalistas originais que atuam no Brasil e analisamos o tipo de institucionalismo que eles produzem – seus artigos científicos – e o tipo de institucionalismo que eles reproduzem – o programa de suas disciplinas. Os nossos resultados apontam que não é possível afirmar que existe uma vertente da Economia Institucional Original no Brasil, mas há institucionalistas originais brasileiros – o que pode ser um primeiro passo para uma vertente institucionalista original brasileira – e há brasileiros que lidam com Economia Institucional de forma mais abrangente que o Institucionalismo Original.

Palavras-chave: Economia Institucional Original. Velha Economia Institucional. Institucionalismo Americano. Institucionalismo Brasileiro. Institucionalismo no Brasil.

Abstract: The Original Institutional Economics is a genuinely American segment of economic thought. However, nowadays, the original institutionalism “migrated” to other countries. The goal of this paper is to analyze whether there is a branch of Original Institutional Economics in Brazil. Therefore, we identify who the original institutionalists in Brazil are and analyze the type of institutionalism they produce – their papers – and the type of institutionalism they reproduce – the program of their courses. Our results show that it is not possible to affirm that there is a branch of Original Institutional Economics in Brazil, but there are Brazilian original institutionalists – which can be a first step towards a branch of Original Institutional Economics in Brazil – and there are Brazilians who deal with Institutional Economics more encompassing than Original Institutionalism.

Keywords: Original Institutional Economics. Old Institutional Economics. American Institutionalism. Brazilian Institutionalism. Institutionalism in Brazil.

JEL: B25. B52.

* Submissão: 02/06/2022 | Aprovação: 27/12/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v26i1.882

** Respectivamente: (1) Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil | ORCID: 0000-0001-6029-116X | E-mail: marindia.brites@ufpr.br | (2) Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil | ORCID: 0000-0003-2506-9461 | E-mail: felipe.almeida@ufpr.br



Introdução

A Velha Economia Institucional, Economia Institucional Original (EIO) ou Institucionalismo Americano é um segmento da ciência econômica difícil de estudar. Essa dificuldade se associa à heterogeneidade dos escritos institucionalistas (Rutherford, 2011; Fiorito, 2012; Kaufman, 2017). Outro ponto controverso sobre a EIO é a sua fundação: não há consenso sobre quando esse movimento intelectual foi fundado. De acordo com os institucionalistas originais, os primeiros trabalhos de Thorstein Veblen (1857-1929) marcam o início da EIO; segundo esse arraçoado, o movimento intelectual em questão seria um fenômeno do final do século XIX (Mayhew, 1987; Hodgson, 2004a). Para os historiadores do pensamento econômico, Veblen seria uma figura de grande inspiração para a EIO, mas não um fundador do movimento. Portanto, para eles, a EIO surge apenas em 1919, com a publicação dos artigos apresentados na sessão *Economic Theory* no congresso da *American Economic Association* de 1918 (Rutherford, 1997; Kaufman, 2017).

Independentemente do rótulo fornecido a Veblen, seu papel para o institucionalismo é sempre enfatizado como fundamental. Em busca de uma análise econômica evolucionária, Veblen apresenta como hábitos de pensamento evoluem e geram uma organização econômica pautada na busca por *status*, ganhos pecuniários e interesses escusos (Gruchy, 1947). Veblen não foi a única figura fundante ou inspiradora do movimento institucionalista; a busca de John R. Commons (1862-1945) por uma perspectiva econômica que apontasse para um capitalismo razoável também o caracteriza como um pioneiro no movimento institucionalista (Gruchy, 1947; Rutherford, 1983). Obviamente, com o passar do tempo a lista de institucionalistas originais se tornou longa, a saber: Wesley Mitchell (1874-1948), Walton Hamilton (1881-1958), John Maurice Clark (1884-1963) e Clarence Ayres (1891-1972), por exemplo.

No entanto, a EIO não se desenvolveu somente em solo estadunidense. No final do século XX, já havia proeminentes institucionalistas europeus que se debruçavam sobre a EIO, o mais famoso deles sendo o institucionalista britânico Geoffrey Hodgson. A “migração” da EIO não foi monopólio europeu e hoje existem institucionalistas originais das mais diferentes nacionalidades congregados na *Association for Evolutionary Economics* (AFEE).¹

¹ A AFEE foi fundada por institucionalistas em 1965. A institucionalização da AFEE está ligada à ascensão de um novo *mainstream*, pautado na Economia Neoclássica, nos Estados Unidos. Em meados do século XX, os institucionalistas começaram a se sentir desprestigiados nos encontros da *American Economic Association*

Nessa associação, há uma premiação para institucionalistas latino-americanos, o *James H. Street Scholar Award*. A premiação é anual e na última década seis brasileiros foram agraciados com o prêmio. Isso é um indicativo de uma forte presença da EIO no Brasil. Por isso, o objetivo deste texto é analisar se há uma vertente da EIO no Brasil.

Para atingir seu objetivo, este artigo identifica e analisa dois elementos: o corpo de conhecimento da EIO utilizado pelos brasileiros e a emergência de indivíduos e comunidades no Brasil que desenvolveram e propagaram esse corpo de conhecimento. O argumento é que vertentes não são formadas apenas pela construção de ideias, mas pela inter-relação entre ideias e comunidade – ou seja, a interação social dos institucionalistas originais brasileiros – contribuiu para a divulgação e o estabelecimento da EIO, e o corpo de conhecimento da EIO contribuiu para o surgimento de indivíduos e de grupos de institucionalistas originais no Brasil.

Nesse sentido, na seção 1, são apresentados os critérios utilizados para identificar não apenas os institucionalistas originais brasileiros como também suas áreas de pesquisa dentro da EIO. Além disso, apresentamos o processo pelo qual surgiram estudiosos da EIO e como ocorreu a construção das redes sociais dos institucionalistas originais no Brasil. Na seção 2, analisamos o tipo de institucionalismo produzido na academia brasileira via um exercício bibliométrico. Comparamos mapas de cocitação de artigos produzidos pelos institucionalistas originais com institucionalistas originais brasileiros. A questão central é compreender as principais referências utilizadas pelos originais brasileiros para inferir o tipo de institucionalismo que eles produzem. A seção 3 apresenta como os institucionalistas originais brasileiros reproduzem aquilo que compreendem como institucionalismo no Brasil. Para tal, estudamos os programas das disciplinas sobre Economia Institucional por eles lecionadas. Nossas considerações finais fecham o texto.

(AEA) e, em sua revista, a *American Economic Review* (AER). A sensação era de que o institucionalismo não era mais bem-vindo na AEA e na AER; que o novo *mainstream* havia dominado esses fóruns. A AFEE foi fundada por institucionalistas e até hoje é uma casa para a EIO, embora haja abrigo para demais abordagens heterodoxas (Cavaliere; Almeida, 2017).

1. Uma breve história da Economia Institucional Original no Brasil

O primeiro desafio deste artigo foi identificar os institucionalistas brasileiros que lidam ou lidaram com a Economia Institucional Original (EIO). Dessa forma, tivemos que estabelecer um critério para a identificação dos institucionalistas brasileiros. Quando pensamos em identificação de pesquisadores no Brasil, o caminho mais direto parece ser a pesquisa por área (assunto) na Plataforma Lattes. No entanto, há uma série de abordagens econômicas que foram proclamadas ou se autointitulam institucionalistas (Rutherford, 1996). Logo, uma busca por termo poderia se revelar falha. Então, utilizamos uma pesquisa prévia antes de recorrermos à Plataforma Lattes. Em meados do século XX, os institucionalistas originais se sentiam desprestigiados nos encontros da *American Economic Association (AEA)* e nas publicações da *American Economic Review*, fóruns outrora amigáveis à EIO. Esse desprestígio foi interpretado como uma exclusão, e os institucionalistas originais fundaram a sua própria associação em 1965, a *Association for Evolutionary Economics (AFEE)*, que passou a publicar o *Journal of Economic Issues (JEI)* em 1967 (Cavaliere; Almeida, 2017; Böck; Almeida, 2018).

De acordo com Bush (1991), desde a sua fundação o JEI é o principal veículo de estudos pautados na EIO. Dessa forma, recorreremos a um exercício bibliométrico para identificar autores brasileiros que publicaram no JEI. Após a identificação dos autores brasileiros que publicaram artigos no JEI, pesquisamos o currículo deles na Plataforma Lattes para verificar quais se autointitulam institucionalistas originais. Esse procedimento é necessário, pois o JEI foi fundado por institucionalistas originais e possui uma clara inclinação à EIO, embora sejam bem-vindos textos heterodoxos. Uma vez identificados os autores brasileiros que publicaram no JEI e que se identificam com a EIO – institucionalistas brasileiros, doravante –, foi igualmente possível identificar os seus escritos, alunos, ex-alunos e universidades (nas quais trabalham ou trabalharam) também via Plataforma Lattes. Esta seção apresenta como a EIO desembarcou no Brasil, identifica os primeiros institucionalistas brasileiros e, a partir deles, busca identificar outros institucionalistas originais no Brasil que foram apresentados à EIO pelos primeiros.

A história oral aponta que Ramon Garcia Fernandez (Universidade Federal do ABC – UFABC) foi o primeiro a apresentar a EIO para o público brasileiro. Fernandez é uma grande figura da heterodoxia brasileira; ele estudou o lugar da retórica na economia (Fernandez, 1996; 2000) e vem estudando

o espaço para o pluralismo na economia (Vasconcelos; Goulart; Fernandez, 2018; Fernandez; Suprinyak, 2019) e a EIO (Taioka; Almeida; Fernandez, 2020; Fernandez, 2021). Fernandez lecionou, no início dos anos 1990, uma disciplina de Microeconomia Heterodoxa, que engloba a EIO, no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde era professor. Esse é o primeiro registro do ensino institucionalista original no Brasil. Durante o doutorado, Fernandez teve contato com a EIO ao explorar a biblioteca da Universidade de São Paulo (USP), que expunha suas novas aquisições, incluindo novos números de periódicos, constando o *JEI* entre tais periódicos. Fernandez foi um autodidata no estudo da EIO. A UFABC, universidade na qual Fernandez leciona, parece ser um caso especial para a EIO no Brasil, dado que a disciplina da EIO é obrigatória para o curso de graduação – até onde sabemos, o único caso no Brasil. Além disso, no Programa de Pós-Graduação da UFABC existem duas disciplinas que levam em conta o conteúdo da EIO: Microeconomia Heterodoxa e Pluralismo em Economia e Institucionalismo Radical. Fernandez não é o único institucionalista brasileiro na UFABC. Manuel Ramon Luz (UFABC) também se identifica com a EIO. O objeto de estudo principal de Luz são os escritos de Thorstein Veblen (Luz, 2017; 2019; Luz; Hall, 2019).²

Fernandez, que foi professor na UFPR (1993–2004), disseminou a EIO na instituição. Fernandez orientou Huáscar Pessali em seu mestrado. Pessali é o primeiro institucionalista brasileiro formado na tradição da EIO que não foi autodidata. Ele recebeu seu doutorado na *University of Hertfordshire*, orientado pelo institucionalista britânico Geoffrey Hodgson.³ Como seu orientador de mestrado, Pessali também se tornou professor da UFPR e orientou outro institucionalista brasileiro, Felipe Almeida. Pessali foi professor de Almeida em seu mestrado e doutorado. Seguindo seu professor, Almeida tornou-se

² A UFABC possui muito potencial para se tornar um importante centro institucionalista original no futuro. Ela é uma universidade jovem, fundada em 2005. Em 2017, foi fundado o Programa de Pós-Graduação em Economia da UFABC. Portanto, não há ainda doutorado no programa, uma vez que, no Brasil, os programas de pós-graduação são regulamentados pelo Ministro da Educação. De acordo com o regulamento, para um programa de pós-graduação oferecer um doutorado, o mestrado deve pontuar pelo menos 4 – de 0 a 7 – duas vezes seguidas em uma avaliação que ocorre a cada quatro anos. Como receber um doutorado é o primeiro passo na carreira docente, podemos afirmar que o potencial do segmento paulista em estruturar a formação de institucionalistas originais está sendo construído.

³ Hodgson também orientou Fabiano Dalto (UFPR) e Alexandre Salles (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES). Dalto não é abordado aqui, pois se identifica com o Pós-Keynesianismo. Salles é mais inclinado ao institucionalismo e pode ser considerado um pós-keynesiano institucionalista. Salles, Pessali e Fernandez editaram um livro sobre a EIO: *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. Salles, Pessali e Fernandez (2017) fizeram várias traduções de trabalhos importantes sobre a EIO para o português brasileiro.

professor da UFPR.⁴ Além de Pessali e Almeida, há outro professor na UFPR que compõe a nossa amostra, Marco Cavalieri. Cavalieri não é um institucionalista *per se*, ele é um historiador da economia que lida repetidamente com a história da EIO.

Voltando aos primeiros institucionalistas brasileiros: além de Fernandez, classificamos David Dequech (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), Octavio Conceição (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) e Sebastião Guedes (Universidade Estadual Paulista – UNESP) como os pioneiros da EIO no Brasil.⁵ Dequech se interessou pela EIO em 1991 enquanto construía seu projeto de pesquisa para se candidatar ao doutorado. Três fatos chamaram sua atenção para a EIO: (1) o capítulo de Geoffrey Hodgson sobre o elo perdido entre a EIO e o Pós-Keynesianismo no livro de John Pheby (Hodgson 1989); (2) o livro de Hodgson de 1988, *Economics and Institutions* – que possivelmente chamou o interesse de Dequech por causa de (1); e (3) em 1991, Dequech frequentou o curso de um dos mais importantes pós-keynesianos brasileiros, Fernando Cardim de Carvalho (1953–2018). Em uma conversa informal, Cardim de Carvalho motivou Dequech a considerar se candidatar a um doutorado na *University of Tennessee*, um centro conhecido pelo apreço à EIO. No entanto, Dequech foi para o Reino Unido e recebeu seu doutorado em 1998, pela *University of Cambridge*, onde foi aluno de Geoffrey Harcourt. Os escritos de Dequech enfocam: (1) os significados de *mainstream*, heterodoxia e pluralismo (Dequech, 2017; 2018); (2) o lugar das instituições na tomada de decisões (Dequech, 2009; 2013); e (3) a noção de incerteza (Dequech, 2004; 2011).

Octávio Conceição, professor da UFRGS, teve contato com a EIO durante seu período na Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio

⁴ Os interesses de pesquisa de Pessali parecem estar divididos em: (1) uma análise crítica da retórica de Oliver Williamson, havendo nessa agenda de pesquisa relação de coautoria entre Pessali e Fernandez, seu ex-professor (Pessali, 2009; Pessali; Fernandez, 1999); (2) empreendedorismo institucional, compartilhando Pessali esta agenda de pesquisa com seu ex-aluno, Almeida (Almeida; Pessali; de Paula, 2010; Almeida; de Paula; Pessali, 2014); e (3) a tomada de decisões em conselhos (Bassani; Gomes; Pessali, 2020; Barddal; Pessali; Gomes, 2021). Para além da agenda de investigação que partilha com seu ex-professor (empreendedorismo institucional), os interesses de investigação de Almeida parecem estar divididos em: (1) questões teóricas da EIO (Almeida, 2011; 2014); (2) leitura de questões econômicas por meio da EIO (Almeida; Mortari, 2021; Gambus; Almeida 2017); e (3) história da EIO (Almeida; Cavalieri, 2020; Cavalieri; Almeida, 2017).

⁵ Nesta seção, as informações sobre ex-alunos, universidades e produção bibliográfica foram extraídas dos currículos na Plataforma Lattes dos institucionalistas brasileiros. As informações sobre como Fernandez, Conceição e Guedes entraram em contato com a EIO foram extraídas de entrevistas com eles. Dequech forneceu informações sobre como entrou em contato com a EIO para os autores em e-mail datado de 4 de outubro de 2021.

Grande do Sul. Durante a década de 1980, buscando compreender a crise no Rio Grande do Sul (que foi um transbordamento da crise brasileira da década de 1980), os integrantes da FEE passaram a estudar a regulação e a crise no sistema capitalista. O estudo da regulação motivou Conceição a ingressar na EIO. Quando ele se tornou um candidato ao doutorado em meados da década de 1990, o Brasil lidava com um plano de estabilização econômica, o Plano Real. Segundo Conceição, o debate midiático defendia que o sucesso do plano dependeria de sua ligação com as instituições brasileiras da época. O debate sobre regulação, o Plano Real e a busca pelo conceito de instituição – que mais tarde faria Conceição encontrar os escritos de Thorstein Veblen – motivou-o a estudar a EIO em seu doutorado. Conceição estuda a convergência entre abordagens heterodoxas (Conceição; Ferrari, 2005; Conceição; Cabriani, 2019) e a leitura institucionalista da economia brasileira (Conceição, 2003; Lopes; Conceição; Pereira, 2019).⁶

Sebastião Guedes é o responsável pela divulgação dos escritos de John R. Commons no Brasil. Guedes recebeu seu bacharelado e mestrado pela Unesp, onde atualmente é professor. Durante seu doutorado, na Unicamp, estudou a integração vertical da agroindústria canavieira brasileira. Nessa perspectiva, os escritos de Oliver Williamson (1932–2020) foram apresentados a Guedes, que depois aprofundou seus estudos na Nova Economia Institucional (NEI). No entanto, ao estudar a NEI, Guedes percebeu seus limites e passou a buscar alternativas. Logo após receber seu doutorado, Guedes começou a estudar Commons. Podemos dizer que a percepção de inadequações no âmbito da NEI conduziu Guedes ao estudo da EIO. Guedes é autor do único livro sobre Commons em português brasileiro – Guedes (2019).⁷ Portanto, podemos supor que os primeiros institucionalistas brasileiros se aproximaram da EIO (1) por curiosidade desinteressada, no caso de Fernandez e Dequech, e (2) procurando por uma abordagem econômica convincente para explicar os fenômenos econômicos, no caso de Conceição e Guedes.⁸

⁶ A UFRGS e, conseqüentemente, Conceição possuem um papel importante para a disseminação do pensamento institucionalista original no Rio Grande do Sul. Herton Lopes, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ex-aluno do Conceição, e Adriano Pereira (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), doutor pela UFRGS, compartilham a perspectiva institucionalista lecionada por Conceição na UFRGS.

⁷ A Unesp possui uma situação similar à da UFABC. O Programa de Pós-Graduação em Economia da Unesp foi reformulado em 2003, o que atrasou a fundação do doutorado, que ocorreu apenas em 2019. Logo, o potencial para uma maior contribuição na formação de institucionalistas originais no Brasil está começando a ser explorado nessa universidade.

⁸ Cabe destacar que há potencial para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) se tornar um centro institucionalista original em um futuro próximo. Dequech foi orientador do Oz Iazdi, professor da UEMS. Jonattan Castelli, ex-aluno de Conceição, é professor da mesma universidade.

2. Textos brasileiros sobre a Economia Institucional Original

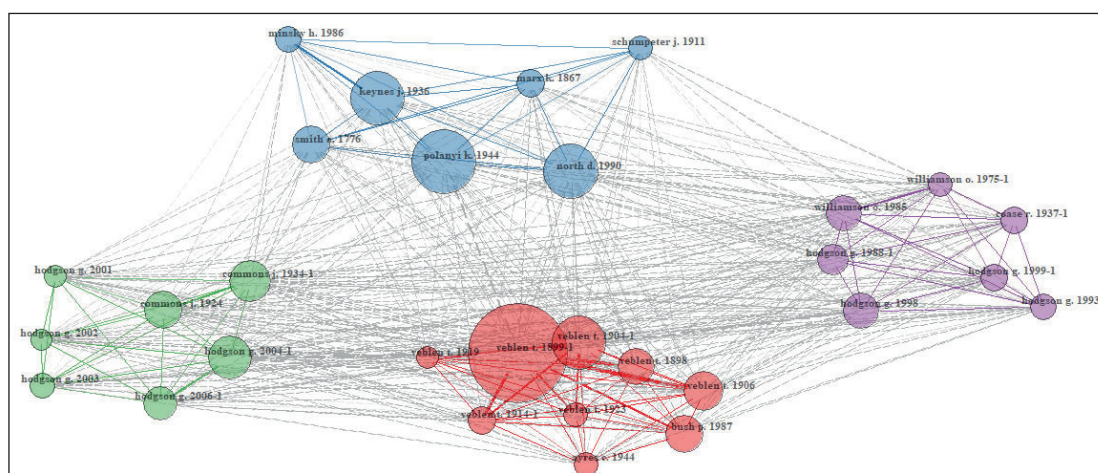
Nesta seção, a nossa análise está pautada na verificação do tipo de institucionalismo produzido na academia brasileira. Para realizar a análise, consideraremos os artigos publicados pelo JEI de 1999 até 2020. A escolha da revista como meio de identificação de textos institucionalistas já foi justificada neste artigo (o JEI é o principal veículo de divulgação de estudos pautados na EIO). Escolheu-se essa amostra – textos publicados entre 1999 e 2020 – pois os primeiros textos de autores brasileiros no JEI, a saber, Anjos (1999) e Pessali e Fernandez (1999), foram publicados em 1999. Para analisar o tipo de institucionalismo produzido por autores brasileiros, este estudo recorre à análise bibliométrica.⁹ As referências dos artigos de nossa amostra foram bibliometricamente agrupadas em redes de cocitação. A cocitação é a frequência com que dois documentos são citados conjuntamente (Small, 1973). Duas referências são consideradas cocitadas quando ambas foram referenciadas por pelo menos um artigo de nossa amostra. O *cluster* plota as referências mais relevantes, ou seja, as referências mais cocitadas. Nas figuras, as referências são representadas por círculos, e quanto maior o círculo, mais cocitações a referência obteve. Através das cocitações entre múltiplas referências, um *cluster* é evidenciado. A relação entre as múltiplas cocitações de um *cluster* sugere o seu tema.

Para analisar o tipo de institucionalismo produzido na academia brasileira, a nossa análise compara dois mapas de cocitação. Um dos mapas considera todos os textos publicados pelo JEI entre 1999 e 2020. O outro mapa considera apenas os textos publicados por profissionais da academia brasileira. Comparando um mapa de *cluster* com o outro, torna-se possível verificar se o institucionalismo produzido por professoras e professores do Brasil se assemelha àquele produzido internacionalmente e veiculado pelo JEI. A Figura 1 ilustra o mapa de cocitação de todos os textos publicados pelo JEI entre 1999 e 2020. Nessa figura, há quatro *clusters*. Há um *cluster* na parte central e no lado inferior da Figura 1 que é composto por uma série de obras de Thorstein Veblen ([1898] 1998; [1899] 2007; [1904] 2009; 1906; [1914] 2006;

⁹ A bibliometria é uma ciência composta por um conjunto de métodos estatísticos que, a partir dos dados de artigos em periódicos científicos, analisa qualitativamente os dados científicos e sua evolução ao longo do tempo. Além disso, permite a quantificação da estrutura científica, a análise das estruturas intelectuais e o estabelecimento das interações sociais entre os autores (Mählck; Persson, 2000). As informações do JEI foram extraídas do sistema *online* de arquivamento de revistas acadêmicas JSTOR. A análise de cocitação foi realizada no programa de estatística R, enfatizando-se aqui o pacote *bibliometrix*, que importa dados bibliográficos e permite o mapeamento científico.

[1919] 2005; [1923] 1997), o mais influente livro de Clarence Ayres (1944) e um texto seminal de Paul Dale Bush (Bush, 1987). Veblen é a grande figura inspiradora do movimento institucionalista nos Estados Unidos. Notadamente, os artigos que geraram esse *cluster* lidam com a obra de Veblen como um todo. Em geral, o *best-seller* de Veblen, *The theory of leisure class* (1899), tende a monopolizar o debate sobre os escritos do pensador. Esse não é o (nosso) caso; os textos que compõem o *cluster* lidam com a forte demanda de Veblen em prol de uma economia evolucionária (Veblen, [1898] 1998), a análise dos negócios e barões da indústria dissociada de uma noção de eficiência produtiva *mainstream* (Veblen, [1904] 2009; [1919] 2005), entre outros. Considerando que as citadas obras de Veblen estão no mesmo *cluster* que Ayres (1944) e Bush (1987), podemos afirmar que esse *cluster* se baseia em textos que lidam com a análise da mudança institucional através da dicotomia cerimonial-instrumental.

Figura 1 – Mapa de cocitação (artigos publicados pelo JEI)



Fonte: Elaboração própria.

A carreira de Veblen foi errática, marcada por mudanças constantes de universidade e pela ausência de “descendentes intelectuais” diretos. Dessa forma, não houve um institucionalista que foi aluno de Veblen e seguiu com o seu legado.¹⁰ Ayres, embora não tenha sido aluno de Veblen, deu continuidade a seu projeto intelectual. Ele ofereceu uma leitura da mudança institucional tal como definida por Veblen que pode ser compreendida como um aprofundamento. Alunos de Ayres e alunos de seus alunos buscaram aprimorar a

¹⁰ Por aluno, entende-se alguém que se doutorou com orientação de Veblen e manteve a sua pesquisa nas mesmas bases. Obviamente, Veblen influenciou uma grande quantidade de ex-alunos e pessoas que cursaram suas disciplinas, como Wesley Mitchell (1874-1948).

análise da mudança institucional via dicotomia cerimonial-instrumental. Dentre os alunos de Ayres, Paul Dale Bush se destaca, sendo seu texto *The theory of institutional change* (1987), que também compõe o *cluster* na parte central e inferior da Figura 1, um clássico sobre a dicotomia cerimonial-instrumental.

Há outro *cluster* – à esquerda na Figura 1 – composto apenas por obras dos institucionalistas originais John R. Commons e Geoffrey Hodgson. Commons é tido como um dos fundadores do movimento institucionalista – comumente Veblen e Commons são classificados como os primeiros institucionalistas.¹¹ Commons apresenta uma perspectiva institucionalista reformista que busca direcionar as questões econômicas para um capitalismo razoável (Guedes, 2019). O foco da análise de Commons foi a transação e o impacto de poder econômico daqueles que transacionam (Commons, 1931). Nesse contexto, as transações do mercado de trabalho e o papel dos sindicatos foram centrais para Commons (Guedes, 2019). Geoffrey Hodgson é um grande institucionalista britânico do final do século XX e início do século XXI. Hodgson dá grandes contribuições metodológicas sobre a abordagem evolucionária e grandes obras sobre teoria institucional. Por um lado, Hodgson pode ser compreendido como um vebleniano, pois desenvolve a noção de hábitos coletivamente compartilhados, como as instituições; por outro, Hodgson abandona o debate sobre o conteúdo dos hábitos, assim deixando de lado a crítica social vebleniana (Almeida, 2023). Pelo esvaziamento da crítica social, muitas vezes Hodgson é criticado pelos institucionalistas americanos contemporâneos, como, por exemplo, em Hall (2011).

Esse *cluster* composto por trabalhos de Commons e Hodgson, pode, a princípio, despertar grande curiosidade, pois, apesar de ser sempre muito elogioso quanto aos escritos de Veblen, Hodgson não tem o mesmo apreço pelas obras de Commons.¹² Dado o posicionamento crítico de Hodgson a Commons, recorreremos aos artigos publicados no JEI que citaram Hodgson e Commons conjuntamente – artigos esses que culminaram no *cluster* à esquerda na Figura 1. A nossa meta foi compreender como os dois pensadores foram citados conjuntamente. Dentre os artigos do JEI que citaram Hodgson e Commons

¹¹ Obviamente, outros são citados como institucionalistas primordiais, como Wesley Mitchell e Walton Hamilton. No entanto, Veblen e Commons são os nomes sempre presentes quando se menciona o início do movimento institucionalista.

¹² Por exemplo, de acordo com Hodgson (2004a, p. 286), “*Commons did not have the stature of a major theorist such as Alfred Marshall or Karl Marx. Furthermore, he did not have the aptitude for careful definitions or logical chains of reasoning*”.

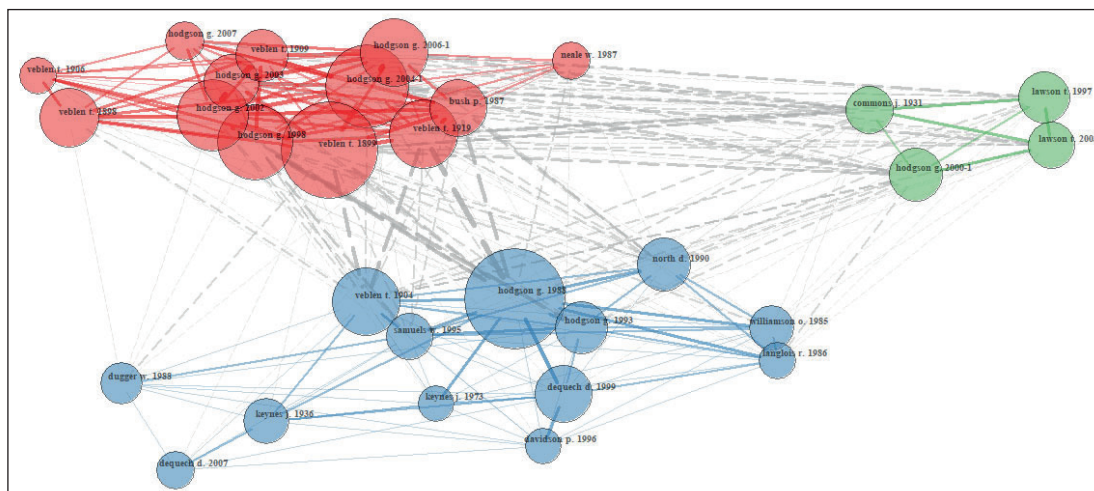
conjuntamente, os cinco textos com maior número de citações são Hodgson (2006), Hodgson (2007), Elsner (2012), Rutherford (2000) e Hodgson (2005). Estudamos esses artigos compreendendo que essa é uma amostra boa o suficiente para informar o tema e o conteúdo do *cluster*. De acordo com esses textos, não se vê um claro antagonismo entre Hodgson e Commons, como poderíamos esperar – dada a perspectiva de Hodgson sobre os escritos de Commons. Logo, concluímos que a questão central do *cluster* é uma abordagem institucional abrangente o suficiente para considerar tanto os escritos de Commons quanto os escritos de Hodgson.

Há mais dois *clusters* na Figura 1 que não se associam com o Institucionalismo Original. Um desses *clusters* fica na parte superior da Figura 1 e não possui obras institucionalistas ou possui apenas uma, uma vez que *The great transformation* ([1944] 2001), de Karl Polanyi, faz parte do *cluster*. A alternativa em relação à inexistência de obra institucionalista no *cluster* diz respeito à classificação de Polanyi como um institucionalista original. Inquestionavelmente, Polanyi foi um institucionalista. Embora não tenha feito parte do movimento do institucionalismo americano, foi absorvido por ele – vide Stanfield (1980), Wrenn (2016) e Zalewski (2018). Então, se considerarmos essa absorção, há um texto institucionalista nesse *cluster*. Independentemente da questão da classificação, há mais seis obras no *cluster* que, com certeza, não podem ser classificadas como institucionalistas originais, a saber: Keynes (1936), Marx (1867), Minsky (1986), North (1990), Smith (1776).¹³

O outro *cluster* que não se associa com o Institucionalismo Original está à direita na Figura 1. Nesse *cluster*, o afastamento em relação ao Institucionalismo Americano é menor, pois há quatro obras do Geoffrey Hodgson. No entanto, duas obras de Oliver Williamson e uma obra de Ronald Coase, pensadores relacionados à NEI, também compõem o *cluster*. A NEI é uma outra abordagem institucional que não possui associação com a EIO (Dugger, 1990; Rutherford, 1996; Maucourant, 2012). Os textos que citam as obras desse *cluster* lidam com possíveis aproximações e afastamentos entre o institucionalismo original e a NEI.

¹³ Cabe destacar que Hyman P. Minsky foi um pensador muito próximo dos institucionalistas americanos, tendo publicado diversos textos no *Journal of Economic Issues* e recebido, em 1996, o *Véblen-Commons Award*, prêmio de maior honra entre os institucionalistas originais. No entanto, tanto na historiografia quanto na heterodoxia, a classificação de Minsky como um pós-keynesiano é ponto pacífico.

Figura 2 – Mapa de cocitação (artigos publicados no JEI por autores brasileiros)



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 2 ilustra o mapa de cocitação de textos de autoria de professores em universidades brasileiras publicados pelo JEI entre 1999 e 2020. Nesse caso, temos apenas três *clusters*. Há um *cluster*, no topo da Figura 2, composto por diversos textos de Veblen ([1898] 1998; [1899] 2007; 1906; 1909; [1919] 2005) e de Hodgson (1998, 2002, 2003, 2004b, 2006 e 2007). Além disso, dois artigos clássicos do JEI fazem parte do *cluster*: Bush (1987) e Neale (1987).¹⁴ Já apresentamos Bush (1987) como um texto clássico sobre a dicotomia cerimonial-instrumental. Neale (1987) também pode ser considerado um grande texto institucionalista sobre a análise institucional.¹⁵ Na Figura 1, há um *cluster* associado a referências de textos sobre a dicotomia cerimonial-instrumental. Isso também acontece no caso do *cluster* no topo da Figura 2, pois obras de Veblen e de Bush (1987) fazem parte do *cluster*. No

¹⁴ A mesma data de publicação de ambos os textos clássicos não é coincidência. O Institucionalismo Original viveu um momento de redescoberta na década de 1980. O estabelecimento da *Association for Evolutionary Economics (AFEE)* deu-se em contexto de grande heterogeneidade no que toca à compreensão do movimento institucionalista. Mesmo assim, a *AFEE* foi fundada com *status* de grande associação. Em 1967, a *AFEE* lançou a sua revista, o *Journal of Economic Issues*, que enfrentou grande instabilidade editorial em seus primeiros anos. Essa instabilidade cessou quando Warren Samuels assumiu a função de editor da revista em 1971, cargo que ocupou por uma década – logo, até 1981. Samuels foi um grande editor, porém era um pluralista radical, o que tornou a identidade da revista nebulosa. Dessa forma, após intenso debate sobre o que seria o institucionalismo quando da fundação da associação e certa nebulosidade quanto à identidade da revista em seus primeiros 14 anos, os institucionalistas buscaram revisitar o institucionalismo. O resultado desse processo foram os volumes 3 e 4, 1987, do *Journal of Economic Issues* (Böck; Almeida, 2018; Almeida; Cruz-e-Silva, 2020). Bush (1987) e Neale (1987) fazem parte do resultado dessa revisita ao institucionalismo.

¹⁵ Apesar do foco de Neale (1987) ser teoricamente o conceito de instituições, o desenvolvimento do texto foca mais na análise institucional do que no conceito de instituições.

entanto, os trabalhos de Hodgson não se debruçam sobre a mesma análise da mudança institucional. Hodgson analisa a mudança institucional a partir da relação agência-estrutura através da possibilidade de indivíduos modificarem instituições – causação ascendente – e instituições modificarem indivíduos – causação reconstitutiva descendente (Hodgson 2003; 2004b – textos que fazem parte do *cluster*). Além disso, os outros textos de Hodgson que compõem o *cluster* lidam com a definição do institucionalista britânico sobre economia institucional, que está tematicamente alinhada com a de Neale (1987). Dessa forma, diferente do caso da Figura 1, não há um *cluster* especificamente sobre a dicotomia cerimonial-instrumental. No entanto, há um *cluster* que aborda a dicotomia cerimonial-instrumental, mas também lida com outra perspectiva de mudança institucional – a contribuição de Hodgson ao tema – e a análise institucional. Dessa forma, podemos compreender que os institucionalistas brasileiros não seguem estritamente a abordagem de Ayres e ayresianos para a mudança institucional. Os brasileiros lidam com o tema de uma forma mais abrangente.

Há um outro *cluster* que, abaixo na Figura 2, reforça a abrangência com que os brasileiros encaram o institucionalismo. Esse *cluster* é não somente composto por obras de Veblen e Hodgson, mas também do institucionalista radical William Dugger, o institucionalista e historiador do pensamento econômico Warren Samuels, o pós-keynesiano Paul Davidson, o pós-keynesiano e institucionalista brasileiro David Dequech, John Maynard Keynes, os novo-institucionalistas North e Williamson e o austríaco Richard Langlois. Trata-se claramente de um emaranhado de referências que implica posicionamentos teórico-metodológicos antagônicos. O que une tais referências é o apreço por um papel desempenhado pelas instituições na análise econômica – convenções no caso de Keynes e pós-keynesianos. No entanto, há uma grande diversidade tanto no conceito de “instituições” quanto nos papéis que elas podem ou devem desempenhar na economia. Por isso, associamos esse *cluster* com o tema “instituições e economia”, o que significa uma preocupação não com uma escola institucionalista propriamente dita, mas com as instituições na análise econômica. Não há um *cluster* com essas características na Figura 1, o que indica que a análise de instituições e economia é uma característica dos brasileiros que realizam estudos que lidam com o institucionalismo original.

Por fim, há um *cluster*, à direita na Figura 2, composto apenas por quatro obras; Commons (1931), Hodgson (2000), Lawson (1997; 2003). Os dois primeiros são textos que apresentam elementos que compõem o institucio-

nalismo original. Os dois últimos são textos do metodólogo britânico Tony Lawson. Analisando os quatro textos conjuntamente, esse *cluster* indica estudos metodológicos sobre o institucionalismo original, mais especificamente estudos que se pautam no realismo crítico, especialidade de Lawson. Uma análise metodológica do institucionalismo original é uma peculiaridade dos estudos brasileiros, dado que um *cluster* com a mesma temática não faz parte da Figura 1.

3. Apresentação da Economia Institucional Original no Brasil

A seção anterior analisou o tipo de institucionalismo que os institucionalistas brasileiros produzem tendo a EIO como referência. A questão a ser respondida era: “Os institucionalistas brasileiros produzem EIO?”. Para tal, analisamos se a vertente teórica dos textos dos brasileiros – principais referências bibliográficas – assemelham-se à vertente teórica dos textos que lidam com EIO. Essa é uma forma de analisar se há uma vertente da EIO no Brasil. Uma outra forma é estudar como os institucionalistas brasileiros apresentam o que chamam de Economia Institucional em seus cursos. Nessa segunda forma, examina-se a compreensão dos institucionalistas brasileiros daquilo que entendem por institucionalismo e que deve ser apresentado às próximas gerações. Nesta seção, nós analisamos os programas das disciplinas dos indivíduos que identificamos como institucionalistas brasileiros no item 1 deste artigo.¹⁶

Na seção 1 deste artigo, a partir da identificação de institucionalistas brasileiros, singularizamos duas universidades nas quais há mais de um institucionalista como professor: a UFABC, onde Fernandez e Luz trabalham, e a UFPR, onde Pessali, Almeida e Cavalieri são professores. Na UFABC, Fernandez e Luz lecionam conjuntamente as disciplinas “Tópicos Avançados em Economia Institucional”, na graduação, e “Tópicos Especiais em Economia: Institucionalismo Radical”, na pós-graduação. Embora segmentadas, a oferta dessas disciplinas acontece de forma conjunta para discentes da gra-

¹⁶ O acesso aos programas das disciplinas dos institucionalistas brasileiros ocorreu de formas diferentes. Inicialmente, buscamos os programas nos sites dos departamentos e programas de pós-graduação em que os institucionalistas brasileiros atuam. Fomos felizes em apenas um caso: conseguimos o programa de Dequech via página do Instituto de Economia da Unicamp. Para termos acesso aos demais programas, enviamos e-mails aos institucionalistas brasileiros e explicamos o estudo que estávamos desenvolvendo. Felizmente, todos os demais institucionalistas brasileiros nos atenderam prontamente e enviaram os seus programas.

duação e pós-graduação. A disciplina foca na apresentação das perspectivas institucionalistas críticas da ordem econômica contemporânea. Apenas por essa definição, poderíamos assumir que a meta de Fernandez e Luz não seria apresentar a EIO na disciplina, pois ela comportaria qualquer análise institucional crítica à economia recente. No entanto, a estrutura dos cursos sugere uma forte adesão à EIO. As disciplinas são divididas em três partes: (1) os fundamentos do pensamento de Karl Polanyi; (2) os fundamentos veblenianos do Institucionalismo Radical estadunidense de William Dugger; e (3) a relação entre o institucionalismo e as propostas de aplicação da Teoria Monetária Moderna. Todos são temas caros ao debate contemporâneo da EIO.

Luz, além das disciplinas ofertadas com Fernandez, leciona “Economia Institucional I” na graduação e “Microeconomia B” na pós-graduação. A primeira apresenta: (1) os fundamentos, principais temas e autores da EIO e a crítica à economia clássica e neoclássica; (2) a NEI de Williamson e North; (3) a economia institucional contemporânea de Hodgson; e (4) a aplicação da EIO na Teoria Monetária Moderna e nas questões ambientais. A segunda disciplina não aborda a EIO exclusivamente, mas trata o comportamento dos agentes, o mercado e as instituições sob o ponto de vista da economia heterodoxa com pitadas da EIO. Dessa forma, podemos afirmar que a disciplina lecionada por Luz na graduação não explora EIO exclusivamente, mas predominantemente, e há espaço para o debate institucionalista na disciplina de microeconomia heterodoxa que Luz leciona na pós-graduação.

Na UFPR, Cavalieri não leciona uma disciplina sobre Economia Institucional. Pessali leciona disciplinas que incluem a Economia Institucional tanto na graduação quanto na pós-graduação. No Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR, Pessali leciona as disciplinas “Comportamento e Instituições” e “Instituições e Economia Participativa”. São apresentados os conceitos de racionalidade limitada, tomada de decisão individual e instituições no contexto das políticas públicas, no caso da primeira; e as definições de participação, representação e deliberação, no caso da segunda. As bibliografias sugeridas nas duas ementas não apresentam autores da EIO, com exceção de Commons (1931) e Hodgson (2006) na disciplina de “Comportamento e Instituições”.

Para a graduação na UFPR, Pessali oferta a disciplina “Economia e Instituições”, um curso que pode ser compreendido como uma adaptação do conteúdo da disciplina “Comportamento e Instituições” – lecionada para a pós-graduação – para a graduação. Nessa adaptação, há a inclusão de um

tópico sobre custos de transação, da NEI. Dessa forma, podemos concluir que o nome da disciplina, “Economia e Instituições”, reflete exatamente o que Pessali leciona: o papel das instituições em diferentes perspectivas econômicas sem predileção por uma abordagem específica. Almeida faz o oposto, leciona uma disciplina pautada apenas em uma única abordagem institucional, a EIO. Almeida oferta a disciplina “Economia Institucional” no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. O programa tem por objetivo discutir a EIO e apresentar a perspectiva dos institucionalistas originais (Veblen, Commons, Ayres e Mitchell), além do institucionalismo contemporâneo (*Cactus Branch* e Institucionalismo Radical) e análises pautadas na EIO para compreender fenômenos econômicos latino-americanos com ênfase no Brasil.

Dequech leciona a disciplina “Economia e Instituições” no programa de Pós-Graduação em Economia da Unicamp. A ementa, apresentada como uma tentativa de apontar as limitações da economia *mainstream* e propor elementos para uma abordagem econômica alternativa, divide-se em duas partes. Na primeira, são apresentados: (1) o conceito de instituições, (2) diferentes tipos de instituições (instituições tecnológicas e instituições financeiras), (3) instituições para a economia *mainstream* e (4) instituições da ciência econômica. Na segunda parte, o programa foca na relação entre as instituições e o comportamento e o pensamento dos agentes, apresentando questões sobre ação, convenção, normas sociais, normas de comportamento, conformidade e empreendedorismo tecnológico. A bibliografia do curso é diversa, mas não aborda a EIO. Dessa forma, o programa da disciplina do Dequech possui uma similaridade com as disciplinas lecionadas por Pessali; ambas lidam com o papel das instituições na análise econômica de forma geral – não enfocam apenas uma perspectiva.

Conceição leciona a disciplina “Economia Institucional” no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. Essa disciplina tem como objetivo apresentar o conceito de instituição e as principais abordagens institucionalistas, incluindo a EIO. Dentre os escritos dos institucionalistas originais, o curso de Conceição aborda textos dos fundadores do institucionalismo original, Veblen e Commons, e pensadores contemporâneos, como Geoffrey Hodgson e Warren Samuels, por exemplo. A NEI é apresentada mediante contribuições de Williamson, Coase e North. Além disso, o curso discute conexões entre o institucionalismo e outras escolas heterodoxas, como o Neo-Schumpeterianismo, o Pós-Keynesianismo e o Marxismo. O curso “Econo-

mia institucional: origens, desenvolvimento e impasses”, ofertado por Guedes no Programa de Pós-Graduação em Economia da Unesp, possui semelhanças com a disciplina lecionada por Conceição na UFRGS. Ambas apresentam a EIO de forma predominante no curso, mas apresentam a NEI. O curso de Guedes é dividido em institucionalismo original (Veblen, Commons, Mitchell e Ayres), NEI (Williamson, Coase, North e Elinor Ostrom), o Institucionalismo Radical e o institucionalismo contemporâneo.

Em síntese, os institucionalistas brasileiros apresentam a sua compreensão sobre o movimento institucionalista de forma diversa para as próximas gerações. Existem três tipos de cursos lecionados por institucionalistas brasileiros: (1) Dequech e Pessali lecionam disciplinas sobre instituições nas abordagens econômicas (tais cursos possuem uma relação tímida com a EIO, quando há relação); (2) Conceição e Guedes lecionam disciplinas predominantemente sobre EIO, mas NEI também faz parte do curso; (3) Fernandez, Luz e Almeida lecionam cursos voltados exclusivamente para a EIO.

4. Conclusão

Para analisar se há uma vertente da EIO no Brasil, identificamos de início quem são os institucionalistas originais brasileiros. Uma vez que o *JEI* é a principal revista dedicada ao institucionalismo original, utilizamos como critério de identificação a publicação de pelo menos um artigo no *JEI*. Como o *JEI* também publica artigos heterodoxos, para identificarmos os institucionalistas originais brasileiros excluindo os heterodoxos brasileiros que publicaram no *JEI*, utilizamos a Plataforma Lattes para verificar se as pessoas identificadas lidavam com a EIO nos seus estudos. Também via Plataforma Lattes, foi possível reconstruir a história das relações sociais e da comunidade dos institucionalistas, por meio da identificação de artigos, alunos, ex-alunos e universidades (nas quais trabalham ou trabalharam) associados aos institucionalistas brasileiros. Obviamente, estudos que utilizem outra *proxy* para identificação dos institucionalistas originais brasileiros podem identificar pessoas diferentes, abrindo-se aqui a possibilidade de nossa *proxy* ser um limitador de nosso estudo.

Uma vez identificados os institucionalistas originais brasileiros, buscamos compreender o corpo teórico da EIO no Brasil. Para tanto, baseamo-nos em duas vertentes: (1) o institucionalismo produzido pelos institucionalistas originais brasileiros e (2) o institucionalismo reproduzido (ensinado) pelos ins-

titucionalistas originais brasileiros. Para empreender essa análise (1) criamos dois mapas de cocitação, um deles baseado em todos os textos publicados no *JEI* e outro considerando somente autores brasileiros – o recorte temporal foi de 1999, quando o primeiro texto de autoria brasileira foi publicado, até 2020. Comparando os resultados dos institucionalistas em geral com os brasileiros, foi possível perceber que os brasileiros possuem uma noção mais abrangente de institucionalismo, pois tanto obras que compõem a EIO quanto outras abordagens fazem parte dos artigos dos brasileiros, sendo que o mesmo não ocorre no caso dos institucionalistas originais.

A análise de (2) reforça o resultado de (1), pois ao estudar os programas das disciplinas dos institucionalistas brasileiros percebemos uma noção abrangente de institucionalismo. Há três tipos de disciplina: (1) cursos pautados estritamente na EIO; (2) cursos focados na EIO mas que também lidam com a NEI; e (3) cursos que lidam com o papel das instituições em diversas abordagens econômicas. Dados os nossos resultados, não podemos afirmar que existe uma vertente da EIO no Brasil. Mas podemos afirmar que existem institucionalistas brasileiros que lidam com a EIO, e isso pode ser um primeiro passo para uma vertente brasileira. Além disso, existem brasileiros que pensam economia institucional de forma mais abrangente que a EIO.

Referências

ALMEIDA, F. Geoffrey Hodgson's institutional economics: veblenian origins and beyond. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 2023. No prelo.

ALMEIDA, F. Vicarious learning and Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 4: 839–855, 2011.

ALMEIDA, F. Thorstein Veblen and Albert Bandura: a modern psychological reading of the conspicuous consumer. *Journal of Economic Issues*, v. 48 n. 1, p. 109–122, 2014.

ALMEIDA, F.; CAVALIERI, M. Understanding Clarence Ayres's criticism of an emerging mainstream and birthing institutionalism through the 1930s Ayres-Knight Debate. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 42, n. 3, p. 401–416, 2020.

ALMEIDA, F.; CRUZ-E-SILVA, V. Allan Gruchy's view of institutionalism and the foundation and early years of the Association for Evolutionary Economics. *Revista de Economia da Anpec (EconomiA)*, v. 21, n. 3, p. 394-406, 2020.

ALMEIDA, F.; DE PAULA, N.; PESSALI, H. Institutional entrepreneurship in building the Brazilian market of functional yogurts. *British Food Journal*, v. 116, n. 1, p. 2-15, 2014.

ALMEIDA, F.; MORTARI, V. Smartphones, social networks, and fake news: institutional economics approach to decision making in the twenty-first century. *Journal of Economic Issues*, v. 55, n. 2, p. 342-348, 2021.

ALMEIDA, F.; PESSALI, H.; DE PAULA, N. Third-party certification in food market chains: are you being served? *Journal of Economic Issues*, v. 44, n. 2, p. 479-486, 2010.

ANJOS JR., M. dos. Money, trust, and culture: elements for an institutional approach to money. *Journal of Economic Issues*, v. 33, n. 3, p. 677-688, 1999.

AYRES, C. *The theory of economic progress*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.

BASSANI, C.; GOMES, B.; PESSALI, H. Municipal councils of tourism and democratic goods: comparative analysis between Curitiba-PR and Belo Horizonte-MG (Brazil). *Rosa dos Ventos*, v. 12, n. 1, p. 154-168, 2020.

BARDDAL, F.; PESSALI, H.; GOMES, B. Conselhos municipais de esportes das capitais brasileiras e o exercício da participação. *Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport*, v. 13, n. 1, p. 257-273, 2021.

BÖCK, R.; ALMEIDA, F. Clarence Ayres, Ayresianos e a evolução do institucionalismo vebleniano. *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 381-407, 2018.

BUSH, P. D. The theory of institutional change. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 3, p. 1075-1116, 1987.

BUSH, P. D. Reflections on the twenty-fifth anniversary of AFEE: philo-

sophical and methodological issues in Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 25, n. 2, p. 321-346, 1991.

CAVALIERI, M.; ALMEIDA, F. A History of the foundation and the early years of AFEE: pluralism and eclecticism in dissenting. *Journal of Economic Issues*, v. 51, n. 3, p. 613-634, 2017.

COMMONS, J. Institutional Economics. *The American Economic Review*, v. 21, n. 4, p. 648-657, 1931.

CONCEIÇÃO, O. Desenvolvimento, mudança tecnológica e instituições: notas sobre os desafios à reestruturação da economia brasileira. *Revista de Economia*, v. 27, n. 2, p. 65-86, 2003.

CONCEIÇÃO, O.; CABRIANI, C. Institucionalistas e pós-keynesianos: ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 1-23, 2019.

CONCEIÇÃO, O.; FERRARI, F. The concept of uncertainty in post keynesian theory and in institutional economics. *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 3, p. 579-594, 2005.

DEQUECH, D. Applying the concept of mainstream economics outside the United States: general remarks and the case of Brazil as an example of the institutionalization of pluralism. *Journal of Economic Issues*, v. 52, n. 4, p. 904-924, 2018.

DEQUECH, D. Institutions, social norms, and decision-theoretic norms. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 72 n. 1, p. 70-78, 2009.

DEQUECH, D. Logics of action, provisioning domains, and institutions: provisioning institutional logics. *Journal of Economic Issues*, v. 47, n. 1, p. 95-112, 2013.

DEQUECH, D. Some institutions (social norms and conventions) of contemporary mainstream economics, macroeconomics and financial economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 41, n. 6, p. 1627-1652, 2017.

DEQUECH, D. Uncertainty: individuals, institutions and technology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 28, n. 3, p. 365-378, 2004.

DEQUECH, D. Uncertainty: a typology and refinements of existing concepts. *Journal of Economic Issues*, 45 n. 3, p. 621-640, 2011.

DUGGER, W. The new institutionalism: new but not institutionalist. *Journal of Economic Issues*, v. 24, n. 2, p. 423-431, 1990.

ELSNER, W. The theory of institutional change revisited: the institutional dichotomy, its dynamic, and its policy implications in a more formal analysis. *Journal of Economic Issues*, v. 46, n. 1, p. 1-44, 2012.

FERNANDEZ, R. McCloskey, Maki e a verdade. *Estudos Econômicos*, v. 30, n. 4, p. 597-628, 2000.

FERNANDEZ, R. A retórica e a procura da verdade em Economia. In: REGO, José Marcio (Org.). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, p. 150-156, 1996.

FERNANDEZ, R. South America in the twenty-first century: twenty years on a roller coaster. *Journal of Economic Issues*, v. 55, n. 2, p. 306-317, 2021.

FERNANDEZ, R.; SUPRINYAK, C. Manufacturing pluralism in brazilian economics. *Journal of Economic Issues*, v. 53, n. 3, p. 748-773, 2019.

FIORITO, L. American institutionalism at Chicago: a documentary note. *European Journal of History of Economic Thought*, v. 19, n. 5, p. 829-836, 2012.

GAMBUS, I.; ALMEIDA, F. Public policy, vested interest, and common people in Brazil in the twenty-first century. *Journal of Economic Issues*, v. 51, n. 3, p. 486-494, 2017.

GRUCHY, A. *Modern economic thought: the american contribution*. New York: Prentice-Hall, 1947.

GUEDES, S. *Introdução à teoria econômica de John Rogers Commons*. Curitiba: Appris, 2019.

HALL, J. Book review: *Darwin's conjecture: the search for general principles of social and economic evolution*, by Geoffrey M. Hodgson and Thorbjørn Knudsen. *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 3, p. 743-745, 2011.

HODGSON, G. The approach of Institutional Economics. *Journal of Economic Literature*, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. *Economics and institutions: a manifesto for a modern institutional economics*. Cambridge (UK): Polity Press, 1988.

HODGSON, G. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. *Constitutional Political Economy*, v. 13, n. 2, p. 111-127, 2002.

HODGSON, G. *The evolution of Institutional Economics: agency, structure and Darwinism in American institutionalism*. Londres: Routledge, 2004a.

HODGSON, G. Generalizing Darwinism to social evolution: some early attempts. *Journal of Economic Issues*, v. 39, n. 4, p. 899-914, 2005.

HODGSON, G. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, v. 27, n. 2, p. 159-175, 2003.

HODGSON, G. Post Keynesianism and Institutionalism: the missing link. In: PHEBY, John (Org.). *New directions in post-keynesian economics*. Aldershot (UK): Edward Elgar, p. 94-123, 1989.

HODGSON, G. Reclaiming habit for institutional economics. *Journal of Economic Psychology*, v. 25, n. 5, p. 651-660, 2004b.

HODGSON, G. The revival of veblenian Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 41, n. 2, p. 324-340, 2007.

HODGSON, G. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

HODGSON, G. What is the essence of Institutional Economics? *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

KAUFMAN, B. The origins and theoretical foundation of Original Institutional Economics reconsidered. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 39, n. 3, p. 293-322, 2017.

KEYNES, J. M. *General theory of employment, interest and money*. Londres: Macmillan, 1936.

LAWSON, T. *Economics and reality*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

LAWSON, T. *Reorienting economics*. Londres; Nova York: Routledge, 2003.

LOPES, H.; CONCEIÇÃO, O.; PEREIRA, A. Limites para institucionalização de uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil: uma análise das propostas “novo” e “social” desenvolvimentistas. *Desenvolvimento em Debate*, v. 7, n. 2, p. 91-111, 2019.

LUZ, M. R. Cognition, social impulse, and the principle of adaptation: insights into the Peirce-Veblen connection. *Journal of Economic Issues*, v. 53, n. 2, p. 349-354, 2019.

LUZ, M. R. Logic of scientific inquiry and the evolutionary process: in search of a veblenian descriptive model. *Journal of Economic Issues*, v. 51, n. 4, p. 891-914, 2017.

LUZ, M. R.; HALL, J. Original Institutional Economics and Political Anthropology: reflections on the nature of coercive power and vested interests in the works of Thorstein Veblen and Pierre Clastres. *Journal of Economic Issues*, v. 53, n. 2, p. 508-514, 2019.

MÄHLCK, P.; PERSSON, O. Socio-bibliometric mapping of intra-departmental networks. *Scientometrics*, v. 49, n. 1, p. 81-91, 2000.

MARX, K. *Das Kapital*. Harmondsworth: Penguin Books, 1867.

MAUCOURANT, J. New Institutional Economics and History. *Journal of Economic Issues*, v. 46, n. 1, p. 193-208, 2012.

MAYHEW, A. The beginnings of Institutionalism. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 3, p. 971-998, 1987.

MINSKY, H. P. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.

NEALE, W. Institutions. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 3, p. 1177-1206, 1987.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PESSALI, H. Metaphors of transaction cost economics. *Review of Social Economy*, v. 47, n. 3, p. 313-328, 2009.

PESSALI, H.; FERNANDEZ, R. Institutional Economics at the Micro Level? What transaction costs theory could learn from Original Institutionalism (in the spirit of building bridges). *Journal of Economic Issues*, v. 33, n. 2, p. 265-275, 1999.

POLANYI, K. (1944). *The great transformation: the political and economic origins of our time paperback*. Massachusetts: Beacon Press, 2001.

RUTHERFORD, M. American Institutionalism and the History of Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 19, n. 2, p.178-195, 1997.

RUTHERFORD, M. Institutionalism between the Wars. *Journal of Economic Issues*, v. 34, n. 2, p. 291-303, 2000.

RUTHERFORD, M. *The Institutional Movement in American economics, 1918-1947: science and social control*. New York: Cambridge University Press, 2011.

RUTHERFORD, M. *Institutions in Economics: the old and the new Institutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RUTHERFORD, M. Commons's Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 17, n. 3, p. 721-744, 1983.

SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNANDEZ, Ramon. *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SMALL, H. Co-citation in the scientific literature: a new measure of the relationship between two documents. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 24, n. 4, p. 265-269, 1973.

SMITH, A. *An inquiry into nature and causes of wealth of nations*. Edinburgh: William Strahan, 1776.

STANFIELD, R. The Institutional Economics of Karl Polanyi. *Journal of Economic Issues*, v. 14, n. 3, p. 593-614, 1980.

TAIOKA, T.; ALMEIDA, F.; FERNANDEZ, R.. Thorstein Veblen's Institutional Economics and Daniel Kahneman and Amos Tversky's Behavioral Economics: an analysis of convergent points. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 4, p. 746-765, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Instituto de Economia. *Programa das Disciplinas da Pós-Graduação*. Campinas, [s. d.]. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/grade?view=article&id=2856:programas-das-disciplinas-novo&catid=35>>. Acesso em 3 fevereiro 2021.

VASCONCELOS, D.; GOULART, M.; FERNANDEZ, R.. Mais pluralismo: considerações sobre a relevância do Movimento por uma Economia Pós-Autista. *Nova Economia*, v. 28, n. 3, p. 715-743, 2018.

VEBLEN, T. (1923). *Absentee ownership and business enterprise in recent times: the case of America*. New York: Routledge, 1997.

VEBLEN, T. (1914). *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*. New York: Cosimo, 2006.

VEBLEN, T. The limitations of marginal utility. *Journal of Political Economy*, v. 17, n. 9, p. 620-36, 1909.

VEBLEN, T. The place of science in the modern civilization. *The American Journal of Sociology*, v. 11, n. 5, p. 585-609, 1906.

VEBLEN, T. (1904). *The theory of business enterprise*. Gloucester: Dodo Press, 2009.

VEBLEN, T. (1899). *The theory of the leisure class*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VEBLEN, T. (1919). *The vested interests and the common man*. New York: Cosimo, 2005.

VEBLEN, T. (1898). Why is economics not an evolutionary science? *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, p. 403–414, 1998.

WRENN, M. Neoliberalism, Polanyi's protective response, and veblenian waste. *Journal of Economic Issues*, v. 50, n. 2, p. 594–602, 2016.

ZALEWSKI, D. Uncertainty, control, and Karl Polanyi's protective response. *Journal of Economic Issues*, v. 52, n. 2, p. 483–489, 2018.